



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa NELSON DOS SANTOS MESQUITA referente ao Pregão Eletrônico 24/2023.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **NELSON DOS SANTOS MESQUITA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Incorreta desclassificação da recorrente devido à proposta inexequível.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A recorrente alega que teve sua proposta incorretamente desclassificada, sob o argumento de que o valor ofertado pela mesma encontrava-se inexequível.

À vista disso, pontuamos o que se segue.

Conforme registro em ata de sessão, a Secretaria Requisitante considerou os valores ofertados pelos licitantes abaixo de 50% do valor estimado, elaborando assim um questionário para esclarecimento sobre as reais condições das empresas para a execução do objeto, com intuito de prevenir eventuais transtornos e falhas durante a prestação de serviço, tendo as empresas prazo de 24 horas. Ressalta-se que tal procedimento encontra amparo legal no art. 59, inciso III e IV, §2º, da Lei 14.133/2021.

Após o recebimento dos relatórios e dos documentos comprobatórios, estes foram enviados à Secretaria Requisitante para análise.

Como resultado, a recorrente **NELSON DOS SANTOS MESQUITA** foi desclassificada por supostamente não conseguir demonstrar com clareza a decomposição dos custos de suas propostas, já que não foram apresentados na proposta os seguintes apontamentos: aluguel de espaço, mão de obra dos profissionais necessários para execução dos cursos com pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciário (limpeza, assistente administrativo, atendentes, instrutores, coordenador pedagógico e, ainda, pela impossibilidade de verificar os valores ofertados em alguns itens, uma vez que os links fornecidos encontravam-se inativos, tornando assim inexequível para a execução do objeto



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

solicitado. Ressalta-se que a análise das documentações referentes à fase de julgamento da proposta fora avaliada pela Secretaria Requisitante.

Referente aos fatos dispostos, lembremos.

Preço inexequível representa a situação em que o preço apresentado por uma empresa ou indivíduo, para venda de um bem ou serviço a ser contratado, é considerado impraticável no mercado. Ou seja, na prática, o produto ou serviço oferecido tem um valor muito abaixo da média de mercado, levantando dúvidas sobre a real capacidade de a empresa honrar o contrato.

Quando falamos sobre o preço inexequível, é importante observar o que diz o art. 11 da Nova Lei de Licitações 14.133/21:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...)

III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Ainda, de acordo com a mesma Lei, uma proposta pode ser desclassificada por preço inexequível se não tiver sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração, o que aparentemente foi o caso.

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

A IN SEGES/ME 73 apresenta referências claras e objetivas para que a Administração possa realizar a devida diligência, no sentido de aferir a exequibilidade das propostas apresentadas nas licitações:

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Portanto, pela primeira vez, encontramos na legislação um parâmetro objetivo para análise de exequibilidade de propostas nas licitações para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Reforçamos, mais uma vez, sobre as mais diversas etapas que englobam o processo administrativo, incluindo a pesquisa de preços que serve para verificação do mercado em atenção as especificações dos produtos/serviços a serem contratados, pelas palavras do Tribunal de Contas da União:

“Pesquisa de mercado: verificação das condições específicas do mercado conforme o objeto pretendido: especificação, marcas, qualidade, desempenho, prazos, garantia.”

Ainda que esta especializada não detenha conhecimento técnico necessário para debater sobre o tema, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância. Assim, esta comissão solicita a manifestação da Secretaria Requisitante.

#### **IV- DAS CONTRARRAZÕES**

Transcorrido o prazo para contrarrazões, as empresas MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA e VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA apresentaram tempestivamente suas alegações.

#### **V – CONCLUSÃO**

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa NELSON DOS SANTOS MESQUITA, esta comissão, considerando a matéria abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 04/12/2023.

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Matr. 111.813

DE ACORDO

---

DJALMA ALVES DA SILVA  
Pregoeira